

**LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO, POR TIPOLOGIA CONFORME O N.º1 DO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI N.º73/2009 DE 31 DE MARÇO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º199/2015, DE 16 DE SETEMBRO**

**n) OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÕES JÁ EXISTENTES, DESDE QUE ESTAS JÁ SE DESTINASSEM E CONTINUEM A DESTINAR-SE A HABITAÇÃO PRÓPRIA**

Requerimento formulado no modelo próprio
Memória descritiva e justificativa
Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e cartão de contribuinte de pessoa singular ou pessoa coletiva
Certidão de teor, atualizada, da conservatória do registo predial com as descrições e todas as inscrições em vigor
Fotocópia da caderneta predial e planta do cadastro
Extrato da carta militar à escala 1:25 000 com localização do prédio devidamente assinalada
Extrato da planta de condicionantes do PDM com a localização do prédio e respetiva legenda legível
Cartografia ou ortofotomapa à escala 1: 5000 ou escala maior, 1:2000 ou a adequada à dimensão ou rigor necessário, com planta de pormenor do pretendido
Parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e peças gráficas, caso a utilização pretendida se localize em Aproveitamento Hidroagrícola

**AS ENTIDADES DA RAN PODEM SOLICITAR QUALQUER OUTRA DOCUMENTAÇÃO QUE CONSIDEREM IMPORTANTE PARA ANÁLISE DO PROCESSO**

**Artigo 14.º da Portaria n.º162/2011 de 18 de abril (artigo 22.º alínea n) do Decreto-Lei n.º73/2009 de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro)**

**• PONTO ÚNICO - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÕES EXISTENTES DESDE QUE AS MESMAS SE DESTINASSEM E CONTINUEM A DESTINAR-SE A HABITAÇÃO PRÓPRIA**

Documento que comprove que a edificação existente está licenciada nos termos legalmente exigidos (exemplos: declaração da Câmara Municipal, licença de utilização, documento de registo finanças, outros)
Justificação pelo requerente, por razões de necessidades decorrentes do uso existente

**TAXA DE APRECIÇÃO**

A taxa a cobrar às áreas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) a afetar a utilizações não agrícolas, está de acordo com o estipulado na Portaria 1403/2002, de 29 de outubro, cujos valores atualizados são os seguintes:

- Utilizações não agrícolas até 500m<sup>2</sup>: 81,56€ (oitenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos);
- Utilizações não agrícolas, superiores a 500m<sup>2</sup>: Ao valor referido no número anterior, acresce um montante de €0,04/m<sup>2</sup> na área restante, a afetar a utilizações não agrícolas;
- Para efeitos de cálculo do valor da taxa a pagar pelos interessados, a área de solos da RAN a afetar utilizações não agrícolas, a que o parecer respeita, é arredondada à centena de metros quadrados imediatamente superior;
- O pagamento da taxa deve ser efetuado pelo interessado no acto de entrega do requerimento inicial e demais documentos necessários à emissão do respetivo parecer, através de cheque endossado ao IGCP-EPE ou por transferência bancária para o IBAN da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo - PT5007810112000000785480, devendo neste caso ser anexado aos restantes documentos o respetivo comprovativo de pagamento e enviar para o e-mail [ds.agricultura@drapal.min-agricultura.pt](mailto:ds.agricultura@drapal.min-agricultura.pt)
- Solicitamos que o referido pagamento seja efetuado em nome do requerente do processo e em caso contrário seja enviada cópia do comprovativo de pagamento e identificação do requerente para o e-mail [dai@drapal.min-agricultura.pt](mailto:dai@drapal.min-agricultura.pt)

**CONDIÇÕES:**

- A pretensão não pode implicar uma área total superior a 300m<sup>2</sup> de impermeabilização, incluindo a requerida ampliação.
- Poderão ser consideradas outras ações de impermeabilização do solo que contribuam para o bem estar habitacional, sem prejuízo do limite da área de 300m<sup>2</sup>.
- De acordo com o disposto no n.º2 do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro, os prédios são inalienáveis por um prazo de 10 anos subsequentes à reconstrução e ampliação, salvo por dívidas tributárias.

**NOTAS:**

- No caso de Sociedade deve ser apresentada cópia da certidão permanente ou estatutos.
- Se houver prédios arrendados, deve ser apresentada fotocópia do contrato de arrendamento, este devidamente registado explicitando o objeto do arrendamento, o prazo e o compromisso, ou garantia bancária de reposição, após a vida útil da utilização, nas condições iniciais.

**Legislação a consultar:**

Decreto-Lei n.º 73/09, art. 22,º n.º1, de 31 de março, com as alterações do Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro  
Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril  
Declaração de Retificação da Presidência do Conselho de Ministros n.º 15/2011, de 23 de maio  
Portaria n.º1403/2002 de 29 de outubro